



ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSELHEIROS BÍBLICOS

Sumário

| | |
|--|----|
| CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO E SEDE: | 2 |
| CAPÍTULO II - DA NATUREZA E FINS:..... | 2 |
| CAPÍTULO III - DOS REQUISITOS PARA A ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO DE ASSOCIADOS:..... | 3 |
| CAPÍTULO IV - DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS: | 6 |
| CAPÍTULO V - DOS RECURSOS E MODO DE APLICAÇÃO: | 7 |
| CAPÍTULO VI - DAS ASSEMBLEIAS GERAIS:..... | 7 |
| CAPÍTULO VII - DA ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÕES:..... | 8 |
| CAPÍTULO VIII - DO COMITÊ DE ÉTICA:..... | 14 |
| CAPÍTULO IX - DA EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO E DESTINO DO SEU PATRIMÔNIO: .. | 16 |
| CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES GERAIS: | 16 |
| NOTA EXPLICATIVA PARA FINS HISTÓRICOS E LEGAIS | 16 |

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO E SEDE:

Artigo 1º - A instituição denominada: **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSELHEIROS BÍBLICOS**, fundada aos quatorze dias de dezembro de dois mil (14/12/2000), é uma associação com fins não econômicos, de caráter religioso, de prazo de duração por tempo indeterminado, composta de número ilimitado de associados, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF) sob nº 04.291.537/0001-09.

Artigo 2º - A **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSELHEIROS BÍBLICOS**, doravante, neste Estatuto, denominada **ABCB**, tem domicílio, sede e foro em São José dos Campos, Estado de São Paulo, localizada na Rua Espinosa, nº 45, Sala 102, CEP 12233-300, podendo abrir filiais e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional, obedecendo sempre às exigências legais.

CAPÍTULO II - DA NATUREZA E FINS:

Artigo 3º - O objetivo geral da **ABCB** é encorajar, reconhecer e certificar a qualidade do aconselhamento bíblico feito por pastores, missionários, capelães e leigos evangélicos que estejam comprometidos com a suficiência e eficiência das Escrituras Sagradas como única autoridade de fé e prática.

Artigo 4º - Os objetivos específicos da **ABCB** para atingir suas finalidades, serão:

- I.** Estabelecer padrões para treinamento e a preparação prática de conselheiros bíblicos;
- II.** Certificar conselheiros que evidenciem competência ministerial devidamente engajados na prática do aconselhamento;
- III.** Certificar centros de treinamento de aconselhamento bíblico, escolas teológicas e outras instituições que promovam treinamentos para conselheiros;
- IV.** Promover e desenvolver relacionamentos entre seus associados comprometidos com a transformação da vida através da Palavra;
- V.** Promover a expansão e divulgação da suficiência das Escrituras para a prática do aconselhamento bíblico;
- VI.** Oferecer aconselhamento bíblico para pessoas interessadas;
- VII.** Disponibilizar selo de recomendação para livros, publicações e outros materiais de aconselhamento bíblico;
- VIII.** Divulgar ou apoiar eventos e cursos realizados por outras entidades e associações que estimulem um maior conhecimento de aconselhamento bíblico a partir da suficiência das Escrituras;
- IX.** Congregar professores, palestrantes e pesquisadores de aconselhamento bíblico;
- X.** Realizar demais atividades necessárias para a consecução satisfatória de seus objetivos.

§1º - Para desenvolver os seus fins a **ABCB** poderá firmar convênios com outras instituições com finalidades semelhantes;

§2º - A **ABCB** poderá criar e manter departamentos próprios, terceirizados ou áreas executivas de atuação ilimitadas de acordo com a necessidade, desde que se enquadrem em seus objetivos e aprovados em Assembleia;

§3º - Nenhuma porção do lucro deverá beneficiar qualquer indivíduo ou outro objetivo exceto os mencionados acima.

Artigo 5º - A fim de providenciar locais apropriados para a condução de suas atividades, a **ABCB** terá o poder de construir, alugar, manter ou arrendar propriedades, ter, comprar, financiar, vender ou doar propriedades de qualquer tipo em conformidade com as suas atividades em qualquer parte do território nacional.

Artigo 6º - Como associação com fins não econômicos, a **ABCB** não distribuirá excessos operacionais (lucros) entre seus diretores. Da mesma maneira que os diretores não serão remunerados pelo desempenho de suas funções estatutárias.

CAPÍTULO III - DOS REQUISITOS PARA A ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO DE ASSOCIADOS:

Artigo 7º - A categoria de associado individual na **ABCB** estará aberta a pessoas civilmente capazes de qualquer nacionalidade, profissão, posição social, sexo, raça ou cor, recebidas em Assembleias, conforme Regimento Interno, que:

- I. Professem a sua fé em Jesus Cristo, como único Salvador e Senhor, tendo sido batizadas como evidência de sua profissão de fé;
- II. Estejam em comunhão contínua com uma igreja local, que seja evangélica, sendo membros por pelo menos um ano (comprovando por meio de uma carta de recomendação renovada sempre que exigido comprovação);
- III. Adotem a suficiência e eficiência das Escrituras Sagradas como única autoridade de fé e prática para o seu aconselhamento de acordo com a definição da Declaração de fé.
- IV. Aceitem voluntariamente o Estatuto, a Declaração de Fé, concordem em sujeitar-se às decisões do Conselho Diretor e às decisões do Comitê de Ética da **ABCB**.
- V. Tenham participado de, no mínimo um curso de aconselhamento bíblico de 40 horas com ênfase na suficiência das Escrituras, com reconhecimento da **ABCB** e comprovado por certificado.
- VI. Que sejam aprovados no exame básico sobre teologia bíblica e aconselhamento preparado pela **ABCB**.

Artigo 8º – A **ABCB** não receberá como membro pessoas envolvidas direta ou indiretamente com entidades de crenças contrárias à sua confissão de fé, como por exemplo sociedades secretas, esotéricas, ecumênicas ou seitas religiosas de crença diferente, bem como envolvidas direta ou indiretamente com instituições que promovam práticas de aconselhamento contrárias

às Escrituras e defendidas pela **ABCB**. As instituições, bem como sua adequação ou inadequação serão julgadas pelo Comitê de Ética da **ABCB**.

Artigo 9º - As categorias dos associados são as seguintes:

I. Associado Individual: Associado Colaborador (AC), Associado Efetivo (AE) e Associado Vitalício (AV).

- 1) Associado Colaborador (AC): Esta categoria incluirá aqueles que queiram colaborar com a missão e objetivos da **ABCB**, que atendam aos requisitos desse Estatuto;
- 2) Associado Efetivo (AE): Esta categoria incluirá aqueles que por três (3) anos consecutivos foram Associados Colaboradores e que tenham suas solicitações de alteração de categoria de associado aprovadas em Assembleia;
- 3) Associado Vitalício (AV): Esta categoria inclui aqueles que foram membros fundadores e todos os que ocuparam a presidência em linha sucessória ao término de seus mandatos, salvo se recusarem, por escrito, a esta condição ou deixarem de ser associados.

II. Associado Conselheiro: Conselheiro Certificado Nível 1 (CCN1), Conselheiro Certificado Nível 2 (CCN2) e Conselheiro Certificado Supervisor (CCS).

- 1) Conselheiro Certificado Nível 1 (CCN1): Esta categoria incluirá aqueles que tenham demonstrado competência na prática do aconselhamento bíblico e que preencham os pré-requisitos da categoria Associado Colaborador e outras estabelecidas pelo Regimento Interno.
- 2) Conselheiro Certificado Nível 2 (CCN2): Esta categoria incluirá aqueles que tenham demonstrado competência na prática do aconselhamento bíblico e que preencham os pré-requisitos da categoria Conselheiro Certificado Nível 1 e outras estabelecidas pelo Regimento Interno.
- 3) Conselheiro Certificado Supervisor (CCS): Esta categoria incluirá aqueles que tenham uma habilidade em aconselhamento bíblico na igreja ou em um centro de aconselhamento e que possam atuar como supervisores de conselheiros em treinamento, providenciar liderança no processo de integração dos princípios de aconselhamento bíblico na vida da igreja e que preencham os pré-requisitos de Conselheiro Certificado Nível 2 e outras estabelecidas pelo Regimento Interno.

III. Associado Capelão: Conselheiro Certificado como capelão.

Esta categoria incluirá aqueles que tenham demonstrado competência na prática do aconselhamento bíblico específico para a atuação de capelania em instituições militares, hospitalares ou escolares, e que preencham os pré-requisitos da categoria Associado Colaborador e outras estabelecidas pelo Regimento Interno.

IV. Associado institucional:

Esta categoria incluirá pessoas jurídicas, seminários, igrejas ou centros de aconselhamentos bíblicos que concordam com o Estatuto, Regimento Interno,

Declaração de Fé, Código de Ética da **ABCB**, e que ofereçam treinamentos de conselheiros bíblicos e/ou aconselhamento bíblico para pessoas interessadas, sendo representadas por um procurador devidamente constituído que seja Associado Individual da **ABCB** e que preencham os pré-requisitos alistados no Regimento Interno.

Artigo 10º – A **ABCB** também poderá receber contribuição de Colaboradores Voluntários.

- I.** Os Colaboradores Voluntários não são associados, como descritos no Artigo 9 e não têm os mesmos direitos.
- II.** A sua entrada está sujeita ao prescrito no Artigo 7, exceto os incisos V e VI.
- III.** Os Colaboradores Voluntários não podem ocupar funções no Conselho Diretor.

Artigo 11 – Perderá a condição de associado da **ABCB** aquele que for desligado ou excluído, por decisão da Assembleia, obedecendo a um dos seguintes motivos:

- I.** Falecimento;
- II.** Solicitação do interessado por meio de carta assinada;
- III.** Falta de pagamento da anuidade por dois anos consecutivos;
- IV.** Alteração e inadequação de qualquer item do Artigo 8º julgados pelo Comitê de Ética.
- V.** Exclusão por justa causa, julgada pelo Comitê de Ética.

Artigo 12 – Exclusão por justa causa – A **ABCB** considera, não excluindo outros motivos que poderão ocorrer e deverão ser tratados e julgados pelo Comitê de Ética, os seguintes:

- I.** Ter sido desligado ou excluído por justa causa do rol de membros de sua igreja local;
- II.** Filiar-se a uma igreja ou instituição que se oponha às doutrinas bíblicas defendidas e ensinadas pela **ABCB**;
- III.** Defender, promover ou ensinar conteúdos contrários a posição defendida pela **ABCB** de suficiência das Escrituras para o aconselhamento bíblico;
- IV.** Prejudicar sob qualquer pretexto o bom nome da **ABCB**;
- V.** Recusar-se a assinar sempre que exigido a Declaração de Fé da **ABCB**;
- VI.** Desobedecer às deliberações da **ABCB** decididas em Assembleia;
- VII.** Proceder na sua vida pública ou particular de maneira contrária aos ensinamentos, aos princípios e à moral de acordo com as Sagradas Escrituras, ou outros motivos, a juízo da **ABCB** julgados pelo Comitê de Ética;
- VIII.** Perder a capacidade civil plena;

§1º - Quando, de qualquer modo, o associado da **ABCB** se julgar injustiçado, poderá defender-se em Assembleia especialmente convocada para esse fim, pessoalmente, ficando a Assembleia livre para decidir em caso de sua ausência;

§2º - Todos os casos citados acima, assim como os omitidos serão julgados pelo Comitê de Ética da **ABCB**.

§3º - Nenhum bem ou direito patrimonial, bem como contribuições ou doações feitas como associado poderão ser exigidos por aquele que deixar de ser associado, por qualquer que seja o motivo.

CAPÍTULO IV - DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS:

Artigo 13 – São direitos dos associados da **ABCB**, em dia com as suas obrigações sociais:

- I.** Participar das Assembleias com direito ao uso da palavra e ao exercício do voto, conforme as regras parlamentares;
- II.** Votar e ser votado para cargos ou funções, respeitando as categorias de associados descritas em **Regimento Interno**;
- III.** Participar de quaisquer eventos ou atividades promovidas pela **ABCB**;
- IV.** Ser notificado de qualquer denúncia ou documento que a **ABCB** vier a receber sobre a sua pessoa que comprometa a sua condição de associado;
- V.** Defender-se de qualquer acusação que lhe seja feita perante a Assembleia;
- VI.** Receber uma carteira de identificação de associado;
- VII.** Receber uma cópia das Atas das Assembleias após solicitação ao Secretário.

§1º - A qualidade de associado da **ABCB** é intransferível, sob qualquer alegação;

§2º - O associado, se funcionário da **ABCB** ou prestador de serviço direto para a **ABCB**, ficará impedido de votar em matéria que lhe diz respeito como tal.

Artigo 14 – São deveres dos associados da **ABCB**:

- I.** Exercer, com zelo e dedicação os cargos para os quais forem eleitos;
- II.** Observar o presente Estatuto e zelar pelo seu cumprimento;
- III.** Zelar pelo bom nome da **ABCB**, divulgando-a e prestigiando-a em todas as suas realizações;
- IV.** Assinar documentos sempre quando requeridos e que estejam de acordo expressamente com a Declaração de Fé da **ABCB**;
- V.** Contribuir financeiramente com a **ABCB** por meio da taxa de anuidade;
- VI.** Manter conduta exemplar em submissão ao Senhor Jesus Cristo em todas as áreas de sua vida;
- VII.** Manter-se ativo na prática do aconselhamento bíblico no âmbito de sua igreja local;
- VIII.** Manter-se ativo nos estudos e pesquisas sobre aconselhamento bíblico;
- IX.** Ter participação em pelo menos um evento, curso, treinamento ou conferência da **ABCB** a cada três (3) anos, comprovados sempre que exigido.

Artigo 15 – Os associados não respondem, solidária nem subsidiariamente, pelas obrigações da **ABCB**, bem como, reciprocamente, a **ABCB** não responde pelas obrigações assumidas por seus associados.

CAPÍTULO V - DOS RECURSOS E MODO DE APLICAÇÃO:

Artigo 16 – Os recursos da **ABCB** serão obtidos por contribuições, através das taxas de inscrições e anuidades, ofertas voluntárias e doações de quaisquer pessoas ou instituições que se proponham a contribuir para a mesma, receitas provenientes de convênios e parcerias com instituições privadas e outras não discriminadas, desde que lícitas, a critério da **ABCB**.

§1º - Os associados da **ABCB** e membros do seu Conselho Diretor não participam em nenhuma condição do seu patrimônio ou rendas;

§2º - A nenhum associado é permitido efetuar gastos, adquirir bens ou imóveis, para a **ABCB** com recursos dela, sem orçamento prévio aprovado e sem prévia autorização por escrito assinada pelo Presidente.

Artigo 17 – O patrimônio da **ABCB** compreende quaisquer bens imóveis, móveis, veículos ou semoventes, contas e aplicações bancárias, estoques de materiais e publicações que possua ou venha possuir, os quais serão escriturados em nome da instituição, compatíveis com sua natureza e missão.

Parágrafo Único – Qualquer bem móvel ou imóvel da **ABCB** somente poderá ser vendido, doado, hipotecado, consignado, mediante autorização da Assembleia Geral.

Artigo 18 – Os recursos da **ABCB** serão aplicados integralmente nos seus interesses de acordo com sua missão em decisão do Conselho Diretor, não podendo desviar sua função.

CAPÍTULO VI - DAS ASSEMBLEIAS GERAIS:

Artigo 19 – Para a gerência de seus negócios, em geral, a **ABCB** se reunirá em Assembleia Geral ordinária ou extraordinária, todas elas sob a direção do seu Presidente e na ausência deste pelo substituto legal, o Vice-Presidente ou em sua ausência o Diretor Administrativo, sendo válidas as decisões que estejam de conformidade com o que dispõem os Artigos 19, 20 e 21 deste Estatuto;

§1º - As Assembleias gerais ordinárias e extraordinárias realizar-se-ão quando legalmente convocadas, conforme o Regimento Interno, tantas vezes quantas necessárias para eleição do Conselho Diretor e reuniões especiais, ou qualquer outro motivo que determine a sua realização;

§2º - As Assembleias gerais serão convocadas pelo Presidente ou por seu substituto legal seguindo a ordem de sucessão descrita no **Artigo 23º**, em caso de impedimento comprovado da parte do Presidente ou por maioria absoluta do Conselho Diretor ou ainda por um terço (1/3) dos associados da **ABCB**, através da comunicação por meio do site oficial da **ABCB** e comunicação via correio eletrônico. Na convocação, devidamente assinada pelo responsável legal, deverá constar os assuntos da pauta da Assembleia e o local da realização da Assembleia.

§3º - A ausência do presidente e autorização representativa deverá ser comunicada antecipadamente com o demonstrativo da razão da ausência e a concessão do seu representante legal. O presidente poderá solicitar ausência por períodos de licenças concedidas pela **ABCB**,

internação hospitalar, vacância do cargo ou outras questões semelhantes sob ciência do próprio Presidente. A recusa ou omissão do presidente em conceder a sucessão autorizada, não poderá impedir a realização da Assembleia que for convocada pelo Conselho Diretor ou pela aprovação de um terço (1/3) dos associados da **ABCB**.

Artigo 20 – Dispensam *quórum* os assuntos decididos em Assembleias ordinárias, uma vez que houve a convocação legal conforme o Regimento Interno, e as deliberações serão válidas com a aprovação da maioria simples (50% + 1/ cinquenta por cento mais um) dos presentes.

Artigo 21 – Os assuntos abaixo só podem ser tratados em Assembleia Extraordinária, especialmente convocada, num prazo mínimo de trinta (30) dias de antecedência e com o *quórum* mínimo de metade mais um dos associados na primeira convocação; ou um terço (1/3) dos associados após trinta (30) minutos em segunda convocação; ou ainda com qualquer número de associados, porém com a presença da maioria simples do Conselho Diretor em terceira convocação após uma (1) hora da primeira convocação, sendo válidas as decisões aprovadas por pelo menos dois terços (2/3) de associados da **ABCB** presentes com a devida assinatura na Lista de Presença.

- I. Reforma deste Estatuto;
- II. Aprovação ou reforma do Regimento Interno;
- III. Mudança da sede da instituição;
- IV. Mudança do nome da instituição;
- V. Eleição ou demissão de integrantes do Conselho Diretor;
- VI. Aquisição, oneração ou alienação de bens imóveis;
- VII. Aprovar o movimento financeiro anual.

Parágrafo Único – Este Estatuto somente poderá ser reformado em Assembleia extraordinária, com a aprovação mínima de dois terços (2/3) dos associados presentes.

CAPÍTULO VII - DA ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÕES:

Artigo 22 – A administração dos negócios da **ABCB** será exercida por um colegiado devidamente reconhecido para administrar, deliberar e tomar decisões em nome da Associação, denominado como Conselho Diretor.

- I. O Conselho Diretor deve ser eleito por dois terços (2/3) dos associados presentes na Assembleia Geral Extraordinária para um mandato de três (3) anos, podendo ser reeleito para mandatos sucessivos, cujas funções estão definidas neste Estatuto e no Regimento Interno.
- II. O Conselho Diretor é formado pela união de três (3) grupos de funções distintas, denominados neste estatuto como Conselho Administrativo, Conselho Executivo e Conselho Fiscal. O número mínimo do Conselho Diretor é de nove (9) integrantes e o número máximo está sujeito à quantidade de diretores nas divisões do Conselho

Executivo de acordo com o descrito no Artigo 4º §2 em comparação com o Artigo 24 deste estatuto.

§1º - Compete a todos os membros do Conselho Diretor cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as resoluções das Assembleias, bem como participar das Assembleias gerais e reuniões do Conselho Diretor;

§2º - O Conselho Diretor realizará pelo menos três (3) reuniões anuais por convocação do Presidente, com quórum mínimo da metade mais um dos integrantes do Conselho Diretor e as deliberações serão válidas com a maioria simples dos votos dos presentes;

§3º - Associados Colaboradores descritos no Artigo 10 só poderão ser eleitos para cargos do Conselho Diretor na ausência de Associados de outros níveis.

Artigo 23 - O Conselho Administrativo é composto por sete (7) integrantes distribuídos em três funções administrativas, denominadas: Presidência, Secretariado e Tesouraria, com o objetivo de administrar a Associação.

I. A Presidência é formada por três (3) integrantes, um Presidente, um Vice-presidente e um Diretor Administrativo. O vice-presidente é o primeiro na lista de sucessão da presidência e Diretor Administrativo o segundo na lista de sucessão.

II. O Secretariado é formado por dois (2) integrantes, um Secretário e um Segundo Secretário que seguem a ordem sucessória para esta função. Na ausência dos dois secretários a função será ocupada temporariamente pelo Diretor Administrativo.

III. A Tesouraria é formada por dois (2) integrantes, um Tesoureiro e um segundo Tesoureiro que seguem a ordem sucessória para esta função.

§1º - Os integrantes da presidência, em caso de necessidade, poderão acumular temporariamente mais um cargo, exceto funções na Tesouraria e no Conselho Fiscal.

§2º - Os integrantes da secretaria, em caso de necessidade, poderão acumular temporariamente mais um cargo.

§3º - Os integrantes da Tesouraria, em caso de necessidade, poderão acumular temporariamente mais um cargo, exceto do Conselho Fiscal.

Artigo 24 - O Conselho Executivo é formado pelos diretores de departamentos e áreas executivas, tendo número variável de participantes, com o objetivo de executar as finalidades da Associação.

I. As áreas executivas são criadas para a execução das atividades de acordo com a Missão da Associação e não poderão ser terceirizadas. Os departamentos são criados para ampliar ou melhorar a atuação da Associação e podem ser realizados por um diretor da Associação ou terceirizados. Cada departamento ou área executiva deve ter apenas um diretor responsável.

II. Os diretores das áreas executivas e dos departamentos que forem conjugados à Associação integram automaticamente o Conselho Diretor, exceto os diretores de departamentos terceirizados.

III. A quantidade de departamentos ou áreas executivas são ilimitadas de acordo com Artigo 4º §2. O número de departamentos ou áreas executivas em vigência, bem como o número de conselheiros que participam do Conselho Diretor são descritos no Regimento Interno.

IV. Cada novo departamento ou área executiva somente poderá ser criada e autorizar um diretor para assumir participação no Conselho Diretor depois de aprovados em Assembleia e inclusão no Regimento Interno. Cada novo departamento ou área executiva criada, após aprovada, amplia automaticamente o número de integrantes do Conselho Diretor.

V. A **ABCB** mantém duas áreas executivas para fazer cumprir sua missão e não poderão ser terceirizadas: Associados e Certificação; e Representação e Expansão.

VI. A **ABCB** não mantém departamentos centrais neste estatuto. Todos os departamentos são descritos e seguem as normas do Regimento Interno.

VII. Na função de diretor do Conselho Executivo não há linha sucessória. A demissão ou troca de diretor de área ou departamento é realizada de acordo com o Regimento Interno, sendo automática a participação do novo diretor que assumir a função.

§1º - Os diretores do Conselho Executivo que atuam em área executiva podem assumir dupla função no Conselho Diretor ocupando qualquer função no Conselho Administrativo, exceto funções na Tesouraria e no Conselho Fiscal.

§2º - Os diretores do Conselho Executivo que atuam em departamentos conjugados à Associação podem ocupar dupla função no Conselho Diretor, exceto funções dentro da linha sucessória da presidência descrito no Artigo 23 inciso I (para não gerar conflito de interesse), na Tesouraria e no Conselho Fiscal.

§3º - Os diretores do Conselho Executivo que atuam em departamentos terceirizados não compõem automaticamente o Conselho Diretor, estando livre a participação em outras funções do Conselho Diretor, exceto funções dentro da linha sucessória da presidência descrito no Artigo 23 inciso I (para não gerar conflito de interesse), na Tesouraria e no Conselho Fiscal.

Artigo 25 - O Conselho Fiscal é composto por dois (2) integrantes que compõem o Conselho Diretor para auxiliar e manter transparência na Tesouraria.

I. Os integrantes do Conselho Fiscal avaliam e aprovam relatórios financeiros da Tesouraria.

II. Os integrantes do Conselho Fiscal participam das decisões e deliberações nas reuniões e Assembleias como Vogais conselheiros.

III. Os integrantes do Conselho Fiscal têm direito a voto nas decisões do Conselho Diretor e nas Assembleias.

IV. Não há linha sucessória no Conselho Fiscal, em caso de vacância a vaga deverá ser ocupada por um dos suplentes ou temporariamente por outro integrante do Conselho Diretor.

Parágrafo único - Os diretores do Conselho Fiscal não podem ocupar outra função dentro do Conselho Diretor, exceto da secretaria. Em caso de remanejamento, deverá demitir-se de sua função e ser eleito para outra função pela Assembleia.

Artigo 26 - Os conselheiros suplentes resumem-se em dois (2) integrantes, eleitos dentre os Associados.

- I.** Os conselheiros suplentes são eleitos em Assembleia e indicados para ocupar funções que fiquem abertas durante o tempo de vigor da função.
- II.** Os conselheiros suplentes não compõem o Conselho Diretor enquanto não assumirem uma função após remanejamento e reconhecimento em Assembleia Extraordinária.
- III.** Os conselheiros suplentes poderão ocupar qualquer função dentro do Conselho Diretor, exceto da presidência.

Artigo 27 – Compete ao Conselho Diretor:

- I.** Definir objetivos, diretrizes, elaborar e aprovar o planejamento global contínuo da **ABCB**;
- II.** Elaborar programa e calendário anual de atividades;
- III.** Elaborar e apresentar nas Assembleias relatórios gerais e financeiros;
- IV.** Contratar e demitir funcionários, bem como contratar e administrar prestadores de serviços de interesse da **ABCB**;
- V.** Organizar quaisquer comissões e nomear seus membros;
- VI.** Proceder a substituição de qualquer cargo vago no Conselho Diretor, entre os Conselheiros/Suplentes;
- VII.** Elaborar o orçamento anual;
- VIII.** Acompanhar os relatórios financeiros e o cumprimento do orçamento da **ABCB**;
- IX.** Zelar pelos interesses e administrar o patrimônio da **ABCB**;
- X.** Convocar Assembleias na hipótese de recusa ou impossibilidade do Presidente ou do seu substituto legal;
- XI.** Analisar os processos de admissão de novos membros, apresentando-os em Assembleia;
- XII.** Providenciar aconselhamento bíblico para pessoas interessadas;
- XIII.** Deliberar a respeito de representações da **ABCB** em eventos, reuniões, conferências, etc.
- XIV.** Emitir certificados para associados de acordo com o Regimento Interno.

Artigo 28 – Compete ao Presidente:

- I.** Representar a **ABCB** ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, e em geral nas relações para com terceiros;
- II.** Assinar escrituras de compra, venda ou hipoteca, recibos, contratos e quaisquer outros documentos alusivos a esses atos, bem como assinar contratos e documentos de caráter jurídico;
- III.** Abrir, movimentar e liquidar contas para a **ABCB**, em bancos ou instituições similares, isoladamente ou em conjunto com o Tesoureiro;
- IV.** Passar procurações e substabelecê-las;

- V. Cumprir e fazer cumprir os propósitos da **ABCB**.
- VI. Liderar o Conselho Diretor;
- VII. Convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor;
- VIII. Convocar e presidir as Assembleias;
- IX. Supervisionar as atividades da **ABCB**;
- X. Tomar decisões, juntamente com o Conselho Diretor, nos casos comprovadamente excepcionais ou de extrema urgência, *ad-referendum* da Assembleia Geral;
- XI. Tratar assuntos relacionados a exclusão de associado, comunicando-lhe por escrito a exclusão, a suspensão ou não dos direitos de associado, os seus direitos de defesa e recursos e o prazo para efetuar-los;
- XII. Supervisionar e aprovar plano de atividades de cada membro do Conselho Diretor;
- XIII. Representar a **ABCB** em eventos, conferências e especialmente em igrejas ou indicar outro membro do Conselho Diretor para tal;
- IV. Assinar certificados emitidos pela **ABCB**.

Artigo 29 – Compete ao Vice-Presidente:

- I. Substituir legalmente o Presidente em suas ausências e impedimentos;
- II. Auxiliar a presidência de maneira efetiva e permanente na administração da **ABCB**;
- III. Auxiliar a presidência na supervisão das atividades dos demais membros do Conselho Diretor;
- IV. Substituir qualquer um dos membros do Conselho Diretor em suas faltas e impedimentos, bem como auxiliá-los quando for necessário, exceto substituir o Tesoureiro ou membros do Conselho Fiscal;
- V. Movimentar contas bancárias em nome da **ABCB**, em conjunto com Tesoureiro quando estiver substituindo o Presidente.

Artigo 30 - Compete ao Diretor Administrativo:

- I. Substituir o presidente na ausência dele e do vice-presidente;
- II. Auxiliar a presidência de maneira efetiva e permanente na administração da **ABCB**;
- III. Auxiliar a presidência na supervisão das atividades dos demais membros do Conselho Diretor;
- IV. Substituir qualquer um dos membros do Conselho Diretor em suas faltas e impedimentos, bem como auxiliá-los quando for necessário, exceto substituir o Tesoureiro ou membros do Conselho Fiscal;
- V. Dirigir e supervisionar os serviços administrativos;
- VI. Supervisionar o patrimônio, instalações e equipamentos;
- VII. Movimentar contas bancárias em nome da **ABCB**, em conjunto com o Tesoureiro quando estiver substituindo o Presidente.

Artigo 31 – Compete ao Secretário:

- I. Redigir as atas de todas as Assembleias da **ABCB** e reuniões do Conselho Diretor;

- II.** Supervisionar a convocação de Assembleias no site da **ABCB** e enviar avisos das convocações das Assembleias aos associados e das reuniões aos membros do Conselho Diretor;
- III.** Comunicar por escrito os associados sobre as decisões tomadas quanto aos valores das taxas de inscrições e anuidades;
- IV.** Organizar e arquivar toda a documentação relativas a **ABCB**.

Artigo 32 – Compete ao Segundo Secretário:

- I.** Auxiliar o secretário nas atividades da secretaria;
- II.** Substituir o secretário em todas as suas funções no caso de sua ausência.

Artigo 33 – Compete ao Tesoureiro:

- I.** Receber, guardar e contabilizar os valores da **ABCB** conforme a legislação brasileira na parte fiscal;
- II.** Executar os pagamentos designados pelo Conselho Diretor da **ABCB**;
- III.** Apresentar balancetes mensais e anuais nas Assembleias;
- IV.** Movimentar contas bancárias em nome da **ABCB**, isoladamente ou em conjunto com o Presidente ou com um sucessor em sua ausência;
- V.** Manter o Secretário atualizado quanto às inscrições e anuidades dos associados da **ABCB**;
- VI.** Conservar na sede da **ABCB** ou sob a guarda de profissional contábil habilitado, neste caso devidamente contratado, os documentos e registros relativos à Tesouraria, escrituração e contabilidade da **ABCB**;
- VII.** Apresentar relatórios financeiros ao Conselho Fiscal para transparência;
- VIII.** Apresentar relatórios financeiros ao Conselho Diretor quando solicitado.

Artigo 34 – Compete ao Segundo Tesoureiro:

- I.** Auxiliar o Tesoureiro nas atividades referentes às finanças;
- II.** Substituir o Tesoureiro em todas as suas funções no caso de sua ausência.

Artigo 35 – Compete ao Diretor Executivo da área de Associados e Certificação:

- I.** Manter com precisão um rol atualizado dos associados;
- II.** Orientar interessados em como tornarem-se associados;
- III.** Supervisionar o processo de associação e análise de documentação;
- IV.** Supervisionar os processos de certificação de associados, conselheiros, capelães individuais ou institucionais.

Artigo 36 – Compete ao Diretor Executivo da área de Representação e Expansão:

- I.** Trabalhar na divulgação da **ABCB**, bem como para captação de associados individuais e institucionais;

- II. Procurar captar recursos financeiros entre pessoas físicas e jurídicas para eventos, cursos, publicações e outras atividades;
- III. Coordenar a publicidade e marketing;
- IV. Representar a **ABCB** em eventos e perante possíveis contribuintes e doadores;
- V. Apresentar projetos de expansão das intenções da Associação.

Artigo 37 – Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Avaliar, aprovar ou reprovar os relatórios financeiros;
- II. Avaliar, aprovar ou reprovar relatórios orçamentais;
- III. Participar das decisões do Conselho Diretor, votar e orientar nas decisões.

Artigo 38 – Compete aos Conselheiros Suplentes:

- I. Estar preparado para assumir qualquer função a qualquer momento de vacância e convocação do Conselho Diretor.
- II. Assumir o cargo vago de qualquer Diretor, exceto da presidência, sob decisão de remanejamento do Conselho Diretor em Assembleia.
- III. Trabalhar em harmonia com os demais diretores, quando em atividade.

Artigo 39 – Os membros do Conselho Diretor prestarão suas colaborações gratuitamente, estando os seus integrantes cientes de que não poderão exigir ou pretender qualquer remuneração pelo cargo exercido.

CAPÍTULO VIII - DO COMITÊ DE ÉTICA:

Artigo 40 – O Comitê de Ética é um colegiado interdepartamental formado por sete (7) integrantes, com mandato de três (3) anos simultâneos ao mandato do **Conselho Diretor**, criado para manter e defender a integridade ética de acordo com o Regimento Interno da **ABCB**.

- I. O Comitê de Ética é composto por um presidente, um vice-presidente e cinco vogais.
- II. A função do Relator será exercida por um dos vogais indicado pelo presidente especificado para cada processo no Regimento Interno.
- III. O Comitê de Ética é representado por todas as seções da Associação, exceto do Conselho Fiscal: um (1) membro do conselho Administrativo, exceto da Tesouraria; dois (2) membros do conselho executivo, exceto Diretores de departamentos; os dois (2) membros Suplentes e dois (2) representantes dos Associados.
- IV. Cada seção deverá escolher seu representante a ser indicado e aprovado pela maioria do Conselho Diretor.

§1º - O presidente e o vice-presidente do Comitê de Ética são indicados dentre os candidatos pelo Conselho Administrativo e eleitos pela maioria do Conselho Diretor.

§2º - Os membros do Conselho Executivo são preenchidos automaticamente por exercerem esta função. Em caso de mais de duas (2) áreas executivas, os candidatos devem ser apresentados de comum acordo internamente.

§3º - Os membros do Conselho Fiscal, bem como integrantes da Tesouraria não poderão ocupar funções no Comitê de Ética.

§4º - Os Suplentes ocupam automaticamente esta função quando eleitos para suplência, deixando a vaga no Comitê de Ética quando assumirem funções no Conselho Diretor.

§5º - Os dois representantes dos Associados são indicados pelo Conselho Administrativo e eleitos pela maioria do Conselho Diretor. O Associado Colaborador, como descrito no Artigo 10, somente poderá ocupar vaga no Comitê de Ética na ausência dos demais níveis de Associados.

Artigo 41 - Compete ao Comitê de Ética:

- I.** Analisar e julgar todas as ações e processos em desenvolvimento da **ABCB** de acordo com seu Regimento Interno.
- II.** Apurar mediante denúncia ou de ofício, condutas de seus associados em desacordo com as normas éticas estabelecidas. A apuração deve tramitar com agilidade, resguardando a proteção da honra e da imagem da pessoa investigada, da identidade do denunciante e com independência e imparcialidade na apuração dos fatos.
- III.** Recomendar ao **Conselho Diretor**, quando for o caso, a aplicação de penalidades cabíveis, que podem ser advertência, suspensão e exclusão do associado do quadro associativo.

Artigo 42 - O Comitê de Ética se reunirá ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente sempre mediante convocação do seu presidente ou pelo seu substituto, vice-presidente, para apreciar e responder as consultas recebidas, examinar e pronunciar-se sobre representações e denúncias.

Artigo 43 - Compete ao presidente do Comitê de Ética:

- I.** Receber as denúncias, abrir e acompanhar os processos de análises.
- II.** Convocar reunião para deliberar sobre os processos.
- III.** Presidir as reuniões deliberativas.

Artigo 44 - Compete ao vice-presidente do Comitê de Ética:

- I.** Substituir o presidente do Comitê em suas funções em sua ausência.
- II.** Auxiliar o presidente no acompanhamento dos processos.

Artigo 45 - Compete ao relator do Comitê de Ética:

- I.** Secretariar os processos em andamento.
- II.** Redigir e ler os processos nas reuniões deliberativas.
- III.** Redigir atas resolutivas e apresentá-las junto ao Conselho Diretor.
- IV.** Responder aos interessados nos processos sobre as decisões tomadas.

Artigo 46 - Compete aos Vogais do Comitê de Ética:

- I.** Participar das reuniões deliberativas quando convocados.
- II.** Analisar, julgar e opinar sobre as decisões.

CAPÍTULO IX - DA EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO E DESTINO DO SEU PATRIMÔNIO:

Artigo 47 – A **ABCB** se constitui por tempo ilimitado e só poderá ser dissolvida por consenso unânime dos membros do Conselho Diretor e aprovação da Assembleia geral.

Parágrafo Único – No caso de dissolução da **ABCB** por consenso dos membros do Conselho Diretor ou por sentença judicial, os seus bens líquidos serão destinados mediante decisão do próprio Conselho Diretor.

CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES GERAIS:

Artigo 48 – A **ABCB** deverá ter um Regimento Interno aprovado em Assembleia extraordinária e de acordo com o presente Estatuto, que regule todas as suas organizações e o seu funcionamento.

Artigo 49 – O ano fiscal da **ABCB** acompanhará o ano civil.

Artigo 50 – Os casos omissos deste Estatuto serão resolvidos em Assembleia e conforme processo descrito no Regimento Interno.

Artigo 51 – Este Estatuto entra em vigor depois de registrado em cartório competente. Revogam-se as disposições em contrário.

NOTA EXPLICATIVA PARA FINS HISTÓRICOS E LEGAIS

O presente Estatuto reforma o anterior, registrado no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital, sob o número 100.742 em 06 de agosto de 2009.

São Paulo, 17 de Setembro de 2019

FLAVIO EZALED
PRESIDENTE
CPF 490.164.318-53
RG 5.662.109 SSP-SP

LUCIANA CRISTIAN DE BARROS FERREIRA
ADVOGADA
CPF 183.923.918-29
OAB 178795